

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### O corpo nu

*O corpo nu incomoda também por se mostrar exposto, vulnerável. Nos tempos atuais, quem consegue suportar tanta vulnerabilidade?*

*por Aline Valek — publicado 26/04/2016 08h54*

- 01 Há algo na nudez que incomoda. Um corpo nu é um corpo vulnerável, exposto ao frio e à chuva e ao calor  
02 e ao vento e – o mais assustador – aos olhares dos outros.
- 03 Sem as roupas, que são proteção, mas sobretudo linguagem (ainda que inconscientemente, a gente se  
04 comunica através dos pedaços de pano que nos revestem), o corpo nu esfrega em nossas caras o fato de que  
05 somos carne e pelos, não muito diferente de outros animais.
- 06 É como tirar de uma mensagem os floreios, o estilo, as correções e deixar só a verdade. E como é  
07 constrangedor lidar com a verdade.
- 08 Em nosso mundo, aprendemos a lidar com isso *escondendo e explorando*.
- 09 Usar roupas que disfarçam ou prendem ou qualquer coisa que o faça parecer menos corpo, que corrijam o  
10 que disseram que está errado, que sejam adequadas para o que disseram que alguém com nosso corpo precise  
11 usar.
- 12 [...]
- 13 O corpo nu é terrível. É a fragilidade de um recém-nascido, exposto para um mundo cheio de perigos  
14 dispendo de nada mais do que sua pele. É a incômoda afirmação de que somos diferentes e, ao mesmo tempo,  
15 tão iguais. É o frio, é a sensação de que falta algo, é o lembrete de que somos mais do que um corpo.
- 16 Claro que isso seria ofensivo, perturbador, inconveniente.
- 17 A nudez não perdoa, ainda que ela seja despedaçada, domada e vestida. Porque mesmo se tudo o que  
18 estiver exposto for uma pequena fração de corpo, a nudez estará lá, nos assombrando com sua presença,  
19 constrangendo olhares com aquela incômoda incerteza: a que parte do corpo pertence essa dobra? Esta pele  
20 pertence a um corpo nu ou vestido?
- 21 É assustador o corpo nu porque ele está por toda a parte. O mais apavorante é que ele está aqui. Morando  
22 debaixo de nossas próprias roupas.

<http://www.cartacapital.com.br/cultura/o-corpo-nu> (acesso em 1º/05/16).

**01.** Com relação ao conteúdo do texto acima, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a nudez implica a consciência da vulnerabilidade e liberdade.
- (B) as roupas desnudam a inutilidade da aceitação em um grupo social.
- (C) inexistente a antítese entre ser igual e ser diferente imposta pela nudez.
- (D) o corpo nu expõe o fato de as pessoas diferirem pouco dos outros animais.

**02.** A partir da análise do último parágrafo (linhas 21 e 22), devendo-se computar os termos repetidos, qual afirmação é **VERDADEIRA**?

- (A) Contam-se mais substantivos do que verbos.
- (B) Há apenas uma locução adverbial nesse trecho.
- (C) O número de artigos excede o número de adjetivos.
- (D) A classe gramatical preponderante é a dos pronomes.

**03.** Assinale a alternativa em que se tem um período composto em cuja oração principal o sujeito é inexistente.

- (A) “**é a sensação de que falta algo**” (linha 15).
- (B) “**Há algo na nudez que incomoda**” (linha 01).
- (C) “**O mais apavorante é que ele está aqui**” (linha 21).
- (D) “**É assustador o corpo nu porque ele está por toda a parte**” (linha 21).

**04.** Neste fragmento “**exposto ao frio e à chuva**” (linha 1), o emprego do sinal indicativo de crase deve-se ao fato de que:

- (A) o adjetivo exposto rege a preposição *a* e o artigo definido *a* precede o substantivo.
- (B) o verbo *expor* apresenta a regência transitiva indireta, regendo dois complementos.

- (C) o acento grave foi empregado com o intuito de evitar a ambiguidade entre os substantivos.
- (D) o substantivo *frio* está coordenado com o substantivo *chuva* por meio da conjunção aditiva.

**05.** Com base na regência verbal, deve-se observar o seguinte excerto: “**É como tirar de uma mensagem os floreios, o estilo, as correções e deixar só a verdade. E como é constrangedor lidar com a verdade” (linhas 06 e 07). Os verbos sublinhados são **RESPECTIVAMENTE**:**

- (A) de ligação, transitivo indireto, transitivo indireto, de ligação e transitivo indireto.
- (B) de ligação, bitransitivo, transitivo indireto, de ligação e transitivo indireto.
- (C) de ligação, transitivo indireto, transitivo direto, de ligação e intransitivo.
- (D) de ligação, bitransitivo, transitivo direto, de ligação e transitivo indireto.

**06.** Em “**A nudez não perdoa, ainda que ela seja despedaçada, domada e vestida**” (linha 17), é explícita a antítese entre as palavras:

- (A) despedaçada e domada.
- (B) vestida e domada.
- (C) nudez e vestida.
- (D) nudez e domada.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

07. Quatro pessoas estão conversando. Sabe-se que exatamente uma delas fala a verdade e as demais mentem. A conversa é descrita abaixo.

- Ana diz: "Todos aqui falam a verdade".

- Maria diz: "Ana fala a verdade".

- João diz: "Maria mente".

- José diz: "João mente".

Quem falou a verdade?

- (A) Ana.  
(B) Maria.  
(C) João.  
(D) José.

08. Considere a seguinte proposição: "Se o prefeito conseguir verbas, então será construída a escola e o viaduto". Assinale o item que é logicamente equivalente à **NEGAÇÃO** de tal proposição.

- (A) O prefeito conseguiu verbas, então não será construída a escola e não será construído o viaduto.  
(B) O prefeito conseguiu verbas, então não será construída a escola ou não será construído o viaduto.  
(C) O prefeito não conseguiu verbas, então será construída a escola e será construído o viaduto.  
(D) O prefeito não conseguiu verbas, então não será construída a escola ou não será construído o viaduto.

09. Uma conjectura é uma ideia, fórmula ou frase, baseada em suposições ou ideias com fundamento não necessariamente verificado. Por outro lado, um teorema é uma afirmação que pode ser provada como verdadeira, por meio de outras afirmações já demonstradas, como outros teoremas, juntamente com afirmações anteriormente aceitas como verdades, como axiomas. Em 1637 o matemático francês Pierre de Fermat conjecturou que para todo inteiro  $n$  maior ou igual a 3 a equação  $x^n + y^n = z^n$  não possui soluções, onde  $x$ ,  $y$ , e  $z$  são números inteiros. Fermat relatou, nas margens de um de seus livros, que ele saberia provar tal conjectura, mas essa prova nunca foi publicada por ele. Em 1994, ou seja, apenas 357 anos depois da formulação original do problema proposto por Fermat, o matemático britânico Andrew Wiles conseguiu solucioná-lo: ele demonstrou que a equação acima realmente não possui soluções inteiras quando  $n$  é maior ou igual a 3. A busca pela demonstração desse teorema foi tamanha que propiciou a criação de uma nova área da matemática chamada de Teoria algébrica dos números. Por esse feito, dentre outros, em 2016, Andrew Wiles foi agraciado com prêmio Abel, uma das maiores honrarias na carreira de um matemático. O prêmio acompanha um valor monetário de 6 milhões de coroas norueguesas, o que equivale hoje a mais de 2,6 milhões de reais.

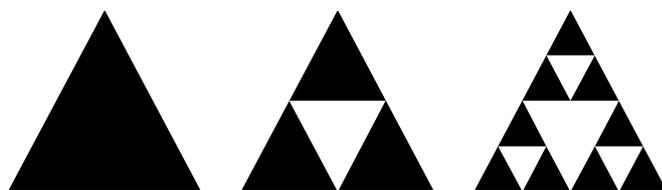
Com base no texto acima, podemos inferir corretamente que:

- (A) toda equação algébrica possui uma solução inteira.  
(B) não há como determinar se Pierre de Fermat já havia provado sua conjectura.  
(C) a equação  $x^2 + y^2 = z^2$  não possui soluções inteiras.  
(D) existem números inteiros  $x$ ,  $y$  e  $z$  tais que  $x^3 + y^3 = z^3$ .

10. Sejam  $P, Q$  e  $R$  proposições lógicas. Sabendo que  $P$  é falsa,  $P \vee Q$  é falsa e  $P \vee Q \vee R$  é verdadeira, qual o valor lógico de  $Q$  e de  $R$  respectivamente?

- (A) V e V.  
(B) V e F.  
(C) F e V.  
(D) F e F.

11. A figura seguinte mostra os três primeiros passos na construção do chamado triângulo de Sierpinski. No Passo 1, começamos com um triângulo (usualmente equilátero) cujo interior é todo colorido de preto. Nos demais passos, iterativamente, dividimos cada um dos triângulos pretos do passo anterior em quatro triângulos menores e pintamos de branco aquele que está ao centro dos quatro (conforme ilustra a figura a seguir). Veja que no Passo 1 temos um triângulo, no Passo 2 temos quatro triângulos e no Passo 3 temos nove triângulos pretos e quatro triângulos brancos, formando um total de 13 triângulos. Qual o total de triângulos (brancos + pretos) no Passo 6?



Passo 1

Passo 2

Passo 3

- (A) 81.  
(B) 121.  
(C) 243.  
(D) 364.

12. A tabela abaixo, resume alguns dados informados por 5 (cinco) contribuintes, que chamaremos apenas de C1, C2, C3, C4 e C5, em suas respectivas declarações de ajuste anual do imposto de renda.

Contribuinte	C1	C2	C3	C4	C5
É casado?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Possui imóvel próprio?	Não	Sim	Sim	Não	Não
Ganha acima de 45mil reais por ano?	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Contudo, após uma investigação minuciosa, descobriu-se que exatamente dois dos contribuintes informaram pelo menos um dado falso sobre si mesmos (ao responder às três perguntas acima). Descobriu-se também que, na realidade, exatamente 4 (quatro) dos contribuintes são casados, exatamente 4 (quatro) possuem um imóvel próprio e exatamente 2 (dois) ganham acima de 45mil reais por ano. De acordo com essa informação, quais desses contribuintes informaram algum dado falso?

- (A) C1 e C4.  
(B) C1 e C5.  
(C) C2 e C4.  
(D) C2 e C3.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

13. Assinale a alternativa que indica uma característica de serviços de armazenamento de dados na nuvem, como o Dropbox ou Google Drive.

- (A) Restringir o compartilhamento, não sendo possível compartilhar pastas e arquivos com outros usuários.
- (B) Manter seus arquivos em um servidor na rede local, impedindo o acesso não autorizado a partir de redes externas.
- (C) Acessar os arquivos armazenados em qualquer lugar, desde que uma conexão à internet e um navegador WEB estejam disponíveis.
- (D) Enviar dispositivos de segurança, conhecidos como *tokens*, para que o acesso aos arquivos armazenados seja liberado.

14. Em um editor de textos, como o Microsoft Word ou BrOffice Writer, uma ferramenta que facilita a formatação de textos é a utilização de Estilos. Assinale a opção correta sobre a utilização de Estilos.

- (A) É possível aplicar facilmente opções de formatação pré-determinadas, como tipo, cor e tamanho de fonte, alinhamento e espaçamento.
- (B) Um Estilo escolhe para o usuário, de forma aleatória, uma fonte e a aplica ao texto selecionando, permitindo que o usuário descubra fontes interessantes dentre as instaladas no computador.
- (C) Através do uso de Estilos é possível inserir objetos externos, como imagens, planilhas e arquivos.
- (D) Os Estilos são úteis apenas em documentos contendo imagens, pois ajustam automaticamente o texto ao redor de imagens inseridas no documento.

15. Tem sido muito comum a utilização de mecanismos de busca para encontrar *sites* de empresas do qual não temos o endereço. Porém, para acessar um *site* cujo endereço *web* já é conhecido, a forma mais rápida (com relação à quantidade de informações recebidas até que se visualize o *site*) é:

- (A) digitar diretamente o endereço na barra de endereços do navegador e pressionar *enter*.
- (B) acessar um *site* de buscas e pesquisar o endereço.
- (C) copiar o endereço em um editor de textos, como o bloco de notas, para que este o redirecione ao *site*.
- (D) enviar o *link* do *site* por *e-mail*.

16. Em um editor de planilhas, como o Microsoft Excel ou BrOffice Calc, ao copiar a célula A2, que contém a fórmula “=A1^2” (sem aspas), e colar na célula B2 inicialmente vazia, assinale a alternativa que apresenta o conteúdo da célula B2 após a operação.

- (A) =A1^2
- (B) =B1^2
- (C) =A1\*B1
- (D) =A2^2

17. No programa de apresentações BrOffice Impress, executando em um computador com sistema operacional Windows, durante a execução de uma apresentação, após a exibição do primeiro *slide*, se o usuário desejar voltar ao *slide* anterior, isso pode ser feito de mais de uma maneira diferente.

Neste contexto, analise as seguintes afirmações:

- I. Sair da apresentação com a tecla ESC, clicar no *slide* anterior e pressionar Shift + F5.
- II. Utilizando o botão “Seta esquerda” (←) no teclado.
- III. Digitar Ctrl + Alt + Del para chamar o gerenciador de tarefas e executar a tarefa “Voltar Slide”.
- IV. Clicar com o botão direito do *mouse* sobre a apresentação e selecionar “Anterior”.
- V. Pressionar a barra de espaços no teclado até que o *slide* anterior seja exibido.

Assinale a alternativa que contém somente fórmulas válidas para executar essa ação.

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e V.

18. Uma funcionalidade do sistema operacional Microsoft Windows é a Reprodução Automática (*autorun*) para dispositivos removíveis. Essa opção, enquanto ajuda a guiar o usuário pelos passos necessários para instalar um *software* inserido via CD ou DVD, por exemplo, é frequentemente utilizada para executar automaticamente vírus e *malwares*, sem o consentimento do usuário, que infectam a máquina e passam a instalar-se automaticamente em qualquer outro dispositivo removível inserido na máquina. Mesmo com a opção de reprodução automática desabilitada, ainda é possível pegar um vírus de *pen drive* se o usuário:

- (A) aproximar o *pen drive* infectado ao leitor de RDIF do computador, mesmo sem inserir na porta USB.
- (B) remover o *pen drive* abruptamente, não utilizando a opção de remover com segurança.
- (C) formatar o *pen drive* utilizando a formatação rápida, em vez da formatação completa.
- (D) clicar duas vezes em um arquivo executável em um *pen drive* infectado.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

19. A estrutura da Administração Pública brasileira, tanto no plano federal quanto nos estados e municípios, é formada por órgãos da Administração direta e indireta, cada uma representando características próprias. Com relação à composição da Administração indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (B) Empresas públicas, Autarquias, fundações públicas e Ministérios.
- (C) Fundações públicas, fundações privadas, Autarquias e sociedades de economia mista.
- (D) Secretarias de Estado, Secretarias municipais, empresas públicas e Ministérios.

**20.** Com a Constituição de 1988, a Administração Pública recebeu tratamento em capítulo próprio, estabelecendo-se alguns princípios constitucionais de observância obrigatória. É correto afirmar que o princípio da:

- (A) razoabilidade encontra-se expresso na Constituição Federal.  
 (B) impessoalidade faz com que o administrador seja um executor do ato, que serve de veículo de manifestação da vontade individual. Portanto, as realizações administrativo-governamentais não são do agente político, e sim da pessoa física.  
 (C) publicidade está contido no Decreto-Lei nº 200/1967 e consagra o dever administrativo de manter a transparência em atos administrativos.  
 (D) eficiência requer direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, cujas características de imparcialidade, neutralidade, transparência e eficácia encontram-se ligadas ao conceito formal de eficiência.

**21.** Sobre o conceito de Arquivo, assinale a opção que melhor se adéqua a sua finalidade.

- (A) Conjunto de documentos produzidos exclusivamente por pessoa jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades.  
 (B) Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.  
 (C) Conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de sua importância, destinado à guarda, à preservação e à utilização da informação.  
 (D) Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de sua importância, bem como por pessoa física, observada a qualidade da informação ou a natureza dos documentos.

**22.** Instrumento resultante da etapa de avaliação dos documentos, aprovado por autoridade competente que determina prazos e conduções de guarda, bem como sua destinação final, recolhimento, descarte ou eliminação, refere-se:

- (A) à Tabela de temporalidade.  
 (B) à Lista de eliminação.  
 (C) ao Plano de destinação de documentos.  
 (D) ao Catálogo seletivo.

**23.** Em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- |                                |       |   |
|--------------------------------|-------|---|
| (1) Dívida pública mobiliária  | (___) | Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.  |
| (2) Dívida pública consolidada | (___) | Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios. |

- |  |       |  |
|--|-------|--|
| (3) Refinanciamento da dívida mobiliária | (___) | Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. |
| (4) Concessão de garantia                | (___) | Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.   |

- (A) 1, 2, 3, 4.  
 (B) 3, 2, 1, 4.  
 (C) 3, 1, 2, 4.  
 (D) 4, 1, 2, 3.

**24.** Além de obedecer às demais normas de Contabilidade Pública, a Escrituração das contas públicas observará que:

- (A) os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até o dia trinta de junho.  
 (B) os Municípios, com cópia para o Poder Legislativo, encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União no prazo até o dia trinta de abril.  
 (C) apenas as receitas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.  
 (D) o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de julho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

**25.** João é estagiário da Prefeitura de Fortaleza e foi flagrado pelo seu chefe acessando sítios impróprios em um dos computadores do órgão. Nessa situação, a atitude do estagiário:

- (A) não foi contra a ética no serviço público, porque João não é servidor público.  
 (B) foi indiferente em relação à ética do servidor público, porque João estava no intervalo do almoço.  
 (C) foi contra a ética no serviço público, mesmo que João seja apenas estagiário.  
 (D) não foi contra a ética, pois muitos estagiários acessam sítios impróprios em computadores do órgão em questão.

**26.** Fundamenta-se nos princípios de eficiência da Administração, redução de custos e aumento da qualidade com foco no atendimento das necessidades dos cidadãos e não com o aparato do Estado. São características do seguinte paradigma de gestão pública:

- (A) Patrimonialista.  
 (B) Gerencialista.  
 (C) Novo gerencialismo.  
 (D) Burocrático.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**27.** Assinale a opção correta no que concerne aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consagrados pela Constituição Federal de 1988.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa, inclusiva e pluralista.
- (B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional, estadual e municipal, através da consagração dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) Garantir a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

**28.** Em relação às competências constitucionais dos municípios, assinale a opção correta.

- (A) Cabe aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) Não cabe aos municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (C) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.
- (D) Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, desde que observada a legislação federal sobre a matéria.

**29.** A respeito das leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- (A) A CF/88 possibilita de forma ampla que a Lei Orçamentária Anual contenha dispositivos estranhos à previsão das receitas e à fixação das despesas.
- (B) A Lei Orçamentária Anual conterá: (1) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (2) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; (3) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) O Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**30.** Trata-se de princípio geral expresso da ordem econômica, disposto no Art. 170 da Constituição Federal:

- (A) a função social da propriedade.
- (B) a função social da posse.
- (C) a função social dos contratos.
- (D) a função social das empresas.

**31.** Não tem legitimidade para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade:

- (A) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) a Mesa do Senado Federal.
- (D) Defensor Público-Geral da União.

**32.** No tocante ao efeito vinculante nas decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) não existe impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) o efeito *erga omnes* e vinculante das decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade não alcança o Poder Executivo.

**33.** Em relação aos direitos e garantias fundamentais, a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz a requerimento:

- (A) do Ministério Público, em sede de inquérito civil.
- (B) do ministro da Fazenda, quando da investigação de crimes contra a ordem tributária.
- (C) da autoridade policial, durante a investigação criminal.
- (D) do Ministério Público, somente após o recebimento da denúncia no processo penal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

34. No sistema federativo, os componentes da federação materializam o próprio Estado, dentro dos limites constitucionais existentes. Nesse sentido, marque a assertiva correta que se refere à organização administrativa brasileira.

- (A) As fundações criadas pelo Estado têm personalidade de direito público ou de direito privado. No entanto, independentemente de sua natureza jurídica são autorizadas por lei para sua instituição e necessitam de lei ordinária para definir sua área de atuação.
- (B) As associações são de direito público e se estabelecem de forma derivada, com a formação de consórcios públicos para implementar um sistema de gestão associada para a consecução de objetivos de interesse comum dos entes pactuantes.
- (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária, adequada às entidades empresariais, via de regra, com capital próprio, com sujeição à vinculação estatal, exceto suas subsidiárias, pois a gestão de suas atividades é atribuída à própria empresa pública ou à sociedade de economia mista.
- (D) As agências reguladoras são atribuições legais dadas às autarquias e fundações, por menção honrosa em lei e exercem precipuamente o controle dos serviços e a prestá-lo com desenvoltura e efetividade.

35. Marque o item correto.

- (A) O Poder Disciplinar Administrativo é caracterizado pelo escalonamento na estrutura vertical dos órgãos e agentes da administração pública com o objetivo de organizar a função administrativa.
- (B) O Poder de Polícia consiste na intervenção no exercício das atividades individuais suscetíveis de gerar perigo aos interesses gerais, exceto se essa atividade é garantida pela liberdade, segundo a Constituição de 1988.
- (C) Polícia Administrativa e Polícia Judiciária consistem em formas de manifestação da função administrativa e com caráter eminentemente preventivo.
- (D) A disciplina funcional resulta do sistema hierárquico, com efeito, os agentes superiores fiscalizam as atividades dos de nível inferior, e, se ensejar uma infração funcional, esta deve ser apurada com a garantia do contraditório e da ampla defesa abstraída do "*due process of law*".

36. Acerca do princípio constitucional da publicidade na Administração Pública, marque a opção correta.

- (A) A publicidade é caracterizada pela obrigatoriedade de publicar todas as informações, não podendo a lei prever restrições a esse princípio.
- (B) A publicidade é aplicável somente no Poder Executivo e no Poder Legislativo, pois no Poder Judiciário possibilita o segredo de justiça.
- (C) Ao princípio da publicidade é dado completude com a Lei de Acesso à Informação, a qual regula o direito à informação e o direito de acesso aos registros e às informações nos órgãos e nas entidades públicas.
- (D) A publicidade é consolidação do regime democrático, de forma a ensejar a obrigatoriedade de que todos os atos sejam publicados no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, sob pena de nulidade do ato praticado.

37. Acerca das disposições constitucionais sobre a Administração Pública, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- (B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, em qualquer hipótese, salvo as previsões legais que possam existir no âmbito de cada Administração Pública.
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável esse limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

38. Segundo o Estatuto dos Funcionários do Município de Fortaleza - Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990, marque o item **INCORRETO**.

- (A) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 02 (dois) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão avaliadas trimestralmente, por critérios próprios, fixados em regulamento, observados especialmente os seguintes requisitos: idoneidade moral; assiduidade; pontualidade; disciplina; e eficiência.
- (B) O Prefeito, o Presidente da Câmara e o Dirigente Superior de Autarquia e Fundação poderão delegar a seus auxiliares as atribuições que lhe são cometidas pela Lei nº 6.794/90, exceto as que impliquem em punição de servidor.
- (C) O exercício de cargo comissionado exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.
- (D) A remoção é o deslocamento do servidor de um para outro órgão de unidade administrativa e processar-se-á "*ex-officio*" ou a pedido do servidor, respeitada a lotação de cada Secretaria ou entidade.

39. A Constituição Federal estabelece a responsabilidade objetiva e pode ser observada no Art. 37, § 6º. Dentro dessa responsabilidade, podemos afirmar que:

- (A) a responsabilidade do servidor é objetiva.
- (B) a responsabilidade objetiva exclui o pressuposto elementar da comprovação do dano.
- (C) a responsabilidade objetiva é aplicada somente para atos advindos do Poder Executivo, de forma que os atos do Legislativo ou do Judiciário não se sujeitam à responsabilidade objetiva.
- (D) no preceito constitucional há dois tipos de responsabilidade civil: a do Estado, sujeito à responsabilidade objetiva; e a do agente estatal, sob o qual incide a responsabilidade subjetiva ou com culpa.

40. Acerca da Estrutura Organizacional do Município de Fortaleza, nos termos da Lei Complementar nº 176/2014, assinale o item **INCORRETO**.

- (A) Fundação da Criança e da Família Cidadã vincula-se à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à fome.
- (B) O Instituto Dr. José Frota, autarquia municipal, vincula-se à Secretaria Municipal de Saúde.
- (C) O Instituto de Planejamento de Fortaleza vincula-se à Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, tal qual o Instituto de Previdência do Município (IPM).
- (D) A ACFOR, Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, vincula-se à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ÁREA JURÍDICA – DIREITO

41. Marque a opção correta.

- (A) O Princípio da legalidade tem como postulado o Estado de Direito, implicando a subordinação total à lei e ao ordenamento normativo.
- (B) Em razão da legalidade, as agências reguladoras não estão autorizadas a expedir regulamentos na área de sua regulação, devendo, portanto, aguardar sempre a previsão legal.
- (C) Legalidade para a Administração Pública significa somente a lei no sentido formal e material passado pelo processo legislativo.
- (D) Só é legítima a função do administrador se estiver pautada sua atividade na lei. Por isso, os decretos não podem procedimentar a lei.

42. Sobre o Pregão, marque a alternativa correta.

- (A) O pregão é uma espécie de licitação.
- (B) Por causa da procedimentalização inversa do pregão, não se permite a aplicação da Lei nº 8.666/93.
- (C) Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
- (D) No pregão, o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, não se permitindo que outro prazo seja fixado no edital.

43. As Fundações têm um tratamento de posição dicotômica, majoritária distinguindo as fundações públicas e direito privado das fundações de direito público, denominadas de fundações autárquicas. Nesse aspecto, marque a assertiva **INCORRETA**.

- (A) As fundações de direito público não necessitam da instituição de dotar bens para um patrimônio destinado aos objetivos sociais.
- (B) As fundações de direito público recebem o influxo das prerrogativas e especificidades das autarquias enquanto pessoa administrativa.
- (C) As fundações são entidades sem fins lucrativos e os acréscimos advindos de sua atividade que ultrapassem os custos da sua produção não são considerados lucros, mas sim superávit, necessários ao pagamento de novos custos operacionais.
- (D) Os fins das fundações são de caráter social e suas atividades se caracterizam como serviço público.

44. Sobre Contratos e Convênios, podemos afirmar que:

- I. o contrato de repasse é o instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.
- II. nos contratos temos dois sujeitos, o contratante e o contratado, enquanto que nos convênios temos as figuras dos partícipes, ou seja, o concedente, o conveniente, o executor e o interveniente.
- III. contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
- IV. o convênio normalmente se executa através de um contrato, enquanto que os contratos não são executados por meio de convênios.

Marque a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

45. No que se refere à desapropriação:

- (A) é possível o Município desapropriar bem de empresa pública estadual, desde que exista decreto administrativo autorizativo.
- (B) é possível a desapropriação pelo Município de um bem pertencente ao Estado, desde que haja autorização legislativa, ou mediante a dispensa desta, quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes, diante da celebração de acordo dos entes federativos.
- (C) jamais e em hipótese alguma o município poderá desapropriar bem de outro ente político como União e Estado, por causa do princípio da hierarquia administrativa.
- (D) é lícito ao Município escolher entre desapropriar e realizar um arrendamento administrativo.

46. Segundo o Art. 194, da Constituição Federal, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Dentro desse entendimento constitucional, **NÃO** podemos afirmar que:

- (A) as ações da seguridade social são integradas e abrangem o Poder Público e toda a sociedade.
- (B) a saúde é assegurada a todos, como um dever do Estado. Não há necessidade de contribuição para o sistema de saúde.
- (C) a previdência social tem caráter contributivo e filiação obrigatória.
- (D) o sistema securitário inclui a assistência social, por isso requer a contribuição para amparar seus beneficiários, e não atende a todos indiscriminadamente, como acontece na saúde. Para tanto, os benefícios assistenciais necessitam de contribuição.

47. Marque o item correto.

- (A) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em Decreto do Presidente da República.
- (B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (C) Mesmo a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o Poder Público, mas dele não receberá benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) A seguridade social tem caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

48. No que se referem aos segurados obrigatórios pessoas físicas como empregados, da Previdência Social, são os seguintes:

- (A) o servidor público ocupante de cargo efetivo, em Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- (B) apenas o brasileiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença à empresa brasileira de capital nacional, ficando o estrangeiro sujeito à legislação de seu país.
- (C) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- (D) aquele que presta serviço no Brasil à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e aos órgãos a elas subordinados, ou aos membros dessas missões e repartições, inclusive o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.

49. Marque a opção correta.

- I. O valor do salário de benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição na data de início do benefício.

II. Não serão considerados, para cálculo do salário de benefício, os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo terceiro salário (gratificação natalina).

III. Não será considerado, para o cálculo do salário de benefício, o aumento dos salários de contribuição que excederem o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

- (A) As três opções estão corretas.
- (B) As três opções estão erradas.
- (C) Apenas o item II está errado.
- (D) Os itens II e III estão errados.

50. Foram unificados, sob a denominação de PIS/PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), segundo a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975. Sobre isso, assinale a opção correta.

- (A) A administração e fiscalização da contribuição para o PIS/PASEP compete à Secretaria da Receita Federal.
- (B) A contribuição para o PIS/PASEP é apurada trimestralmente.
- (C) As sociedades cooperativas estão isentas do pagamento da contribuição para o PIS/PASEP.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público interno estão isentas na arrecadação no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas para o PIS/PASEP.

51. Sobre Lei do Uso e Ocupação do Solo no Município de Fortaleza, Lei nº. 7.987, de 23 de dezembro de 1996, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) O acostamento é a parcela da área de plataforma adjacente à pista de rolamento, que objetiva: 1) permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; 2) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos; e 3) estimular os motoristas a usar a largura total da faixa mais próxima ao meio-fio.
- (B) O Acesso é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre: 1) logradouro público e propriedade privada; 2) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio; e 3) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.
- (C) A Área Livre do Lote é a área compreendida por terrenos em cujo perímetro se observem declividades superiores a 30% (trinta por cento).
- (D) O Alvará é o documento que licencia a execução de obras relativas a loteamentos, urbanização de áreas, projetos de infraestrutura, projetos de edificações, bem como a localização e o funcionamento de atividades.

52. São direitos assegurados aos servidores do Município de Fortaleza da Administração Pública direta, das Autarquias e Fundações:

- (A) política de recursos humanos somente para os cargos efetivos.
- (B) o amparo de normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, sem prejuízo de adicionais remuneratórios por serviços penosos, insalubres ou perigosos.
- (C) o limite de idade em 50 anos para mulher e 55 para homem servidor público, em atividade, na participação em concursos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- (D) ao servidor público municipal é livre a associação profissional ou sindical, nos termos da Legislação em vigor, exceto ocupantes de cargos comissionados ou exercentes de funções comissionadas.

53. Quanto ao processo legislativo municipal, a Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta, **EXCETO**:

- (A) do Ministério Público Estadual.
- (B) de um terço (1/3) dos Vereadores.
- (C) do chefe do Poder Executivo Municipal.
- (D) por iniciativa popular, subscrita por, no mínimo, cinco por cento (5%) do eleitorado do Município.

54. Segundo a Lei de Organização do Município de Fortaleza, marque a assertiva correta.

- (A) Os direitos e as garantias expressos nessa Lei Orgânica excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal e por ela própria.
- (B) O Poder Municipal criará, por Decreto, Conselhos compostos de representantes eleitos ou designados, a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.
- (C) O Poder Legislativo municipal tem autonomia administrativa, porém não tem autonomia financeira.
- (D) Compete ao Município de Fortaleza celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para execução de serviços, obras e decisões, bem como de encargos dessas esferas.

55. Compete privativamente à Câmara Municipal de Fortaleza exercer as seguintes atribuições, **EXCETO**:

- (A) eleger a Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito.
- (B) conceder licença de afastamento ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.
- (C) representar o Município em juízo e fora dele.
- (D) elaborar o regimento interno.

56. A partir da orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal em matéria de competência municipal, analise a seguinte situação: determinado Município, com o escopo de oferecer maior segurança aos frequentadores das agências bancárias, editou lei dispondo que esses estabelecimentos deveriam instalar uma série de equipamentos de segurança. Essa lei é:

- (A) constitucional, uma vez que todos os entes federados ostentam competência concorrente para legislar sobre segurança pública.
- (B) inconstitucional, pois somente a União pode legislar sobre Direito Empresarial e sobre instituições financeiras.

(C) inconstitucional, pois somente a Lei Orgânica do Município poderia estabelecer exigência dessa natureza.

(D) constitucional, uma vez que os municípios detêm competência legislativa para dispor sobre segurança, rapidez e conforto no atendimento de usuários de serviços bancários, por serem tais matérias assuntos de interesse local.

57. Na visão de Luís Roberto Barroso na obra "A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional Contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial" (2014, pág. 72): "Grosso modo, esta é a minha concepção minimalista: a dignidade da pessoa humana identifica. 1. O valor intrínseco de todos os seres humanos; assim como 2. A autonomia de cada indivíduo; e 3. Limitada por algumas restrições legítimas impostas a ela em nome de valores sociais ou interesses estatais (valor comunitário)." À luz do Texto Constitucional de 1988, a dignidade da pessoa humana classifica-se como:

- (A) fundamento da República Federativa do Brasil.
- (B) princípio regente da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- (C) direito fundamental social.
- (D) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

58. No concernente à intervenção nos Municípios, assinale a opção correta.

- (A) A União poderá intervir em quaisquer municípios que deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, a dívida fundada.
- (B) O Estado poderá intervir em município situado em seu território que deixar de pagar, por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, a dívida fundada.
- (C) O fato de o prefeito deixar de prestar as contas anuais não dá ensejo à intervenção do Estado no município, pois tal atitude é apenas considerada crime de responsabilidade.
- (D) A União poderá intervir em município que não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal em segurança pública.

59. Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, trata-se de objetivo da política urbana:

- (A) fazer com que as propriedades cumpram sua função social.
- (B) ordenar o crescimento da cidade, atendendo às exigências fundamentais expressas no plano diretor.
- (C) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.
- (D) garantir que os imóveis públicos dominicais sejam adquiridos por usucapião.

**60.** Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, analise a seguinte situação: determinada Fundação instituída por partido político é proprietária de imóvel que, após ser utilizado por muitos anos como sede da entidade, passou a ser alugado, em janeiro deste ano, para terceiro. O município de Fortaleza pretende cobrar o IPTU sob a justificativa de incidência do aludido tributo sobre a propriedade desse imóvel, em virtude da mudança em sua utilização, a partir desse exercício. À luz da Constituição da República e da orientação jurisprudencial firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal através de Súmula Vinculante, marque a assertiva correta.

- (A) Não assistirá razão ao Município, persistindo a imunidade ao IPTU, desde que o terceiro para quem foi alugado o imóvel seja entidade que goze de imunidade tributária, nos moldes constitucionais.
- (B) Não assistirá razão ao Município, persistindo a imunidade ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a fundação vinculada ao partido político foi constituída.
- (C) Assiste razão ao Município, uma vez que a imunidade nessas condições somente é aplicável às entidades de assistência social, sem fins lucrativos, nos termos de lei complementar.
- (D) Não há que se falar em imunidade ao IPTU, nem mesmo antes da mudança de utilização do imóvel, uma vez que a imunidade é assegurada a patrimônio, renda e serviço de partido político, não sendo extensível às fundações a estes vinculadas.

**61.** Consoante estabelecido pelo Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, determinada pelo magistrado, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo. Trata-se de situação subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado por:

- (A) confusão patrimonial e dissolução irregular.
- (B) simples dissolução irregular.
- (C) desvio de finalidade conjugado com a confusão patrimonial.
- (D) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

**62.** A partir das regras norteadoras do contrato de empreitada no Código Civil, analise a seguinte casuística: Maria celebrou contrato de empreitada com João para que este construísse um galpão industrial. No contrato foi entabulado o fornecimento dos materiais por João e o pagamento da obra por preço certo. Tomando como base o caso referenciado, assinale a resposta correta.

- (A) Maria não poderá alterar o projeto após o início da construção.
- (B) Até a data na qual Maria receber a obra, os riscos da construção correrão por conta de João.
- (C) Quando iniciada a construção, fica vedado à Maria suspender a sua execução sem comprovar justa causa.
- (D) Se ocorrer diminuição no preço do material ou da mão de obra superior a um vigésimo do preço global convencionado, poderá este ser revisto, a pedido de Maria, para que se lhe assegure a diferença apurada.

**63.** Carla, Ticiane e Márcia são devedoras solidárias de Gláucio, em quinhões iguais, do montante total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Gláucio, profundamente sensibilizado com a precária situação financeira de Carla, exonerou-a da solidariedade. Logo depois, Ticiane tornou-se insolvente. No dia do vencimento, Márcia pagou integralmente a dívida.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Se, em vez de insolvente, Ticiane houvesse falecido, seus herdeiros seriam obrigados a pagar a totalidade de sua parte na dívida, ainda que tal montante fosse superior ao valor da quota correspondente ao seu quinhão hereditário.
- (B) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação por Gláucio em face de Márcia.
- (C) Apesar da exoneração da solidariedade, Márcia pode cobrar de Carla o montante correspondente ao seu quinhão.
- (D) Gláucio não poderia ter exonerado Carla da solidariedade sem exonerar também Márcia e Ticiane, uma vez que a renúncia apenas é válida se relativa a todos os devedores simultaneamente.

**64.** Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Alguns bens públicos de uso comum e de uso especial podem ser desafetados, o que conduz à modificação de seu regime jurídico. Esses bens, depois de desafetados, passam à categoria de bens dominicais e podem ser alienados.

() Segundo as disposições consagradas pelo Código Civil de 2002, a cobrança pela utilização do uso comum dos bens públicos descaracteriza a sua natureza jurídica de bens públicos de uso comum do povo.

() A imprescritibilidade significa que a inércia ou a ausência das faculdades inerentes ao domínio acarreta a possibilidade de aquisição de bens públicos, por terceiros, através da usucapião, conforme disciplina o Art. 102 do Código Civil.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) V, F e F.
- (B) F, F e F.
- (C) V, V e V.
- (D) F, F e V.

**65.** De acordo com Gustavo Tepedino (Temas de Direito Civil. 3ª- edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pág. 317): “A propriedade, portanto, não seria mais aquela atribuição de poder tendencialmente plena, cujos confins são definidos externamente, ou, de tal modo que, até uma certa demarcação, o proprietário teria espaço livre para suas atividades e para a emanção de sua senhoria sobre o bem. A determinação do conteúdo da propriedade, ao contrário, dependerá de centros de interesses extraproprietários, os quais vão ser regulados no âmbito da relação jurídica de propriedade”.

Em torno do direito de propriedade, de acordo com o Código Civil:

- (A) a função social da propriedade e o abuso de direito de propriedade constituem a mesma realidade jurídica.
- (B) a prenotação no protocolo não garante eficácia ao título desde o momento em que é apresentado ao oficial do registro.
- (C) as limitações atinentes ao direito de vizinhança são impostas apenas em relação aos imóveis contíguos.
- (D) a aquisição da propriedade por acessão pode se dar por abandono de álveo.

**66.** Em relação à rescisão do contrato de trabalho analise a seguinte casuística e marque o item correto: o regulamento interno da empresa Alfa prevê de forma expressa a proibição de consulta de *e-mails* pessoais durante a jornada de trabalho, sob pena de caracterização de falta grave. A empregada Raquel, ciente do regulamento, descumpriu a aludida proibição e teve seu contrato de trabalho rescindido por justa causa. No caso ora em análise, Raquel:

- (A) praticou ato de incontinência de conduta tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) praticou ato de insubordinação tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) praticou ato de indisciplina tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) não praticou qualquer ato que pudesse caracterizar a rescisão do contrato de trabalho com justa causa.

**67.** Em relação ao Conselho Curador do FGTS, marque o item correto.

- (A) A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério Público do Trabalho.
- (B) O Conselho Curador reunir-se-á extraordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente.
- (C) As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, não serão abonadas.
- (D) As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

**68.** Consoante a orientação jurisprudencial sumulada do TST, em caso de contratação de servidor público sem concurso público após a Constituição Federal de 1988, pela Administração Pública:

- (A) não é possível reconhecer a validade do contrato de trabalho, mas ao trabalhador é conferido o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- (B) o contrato é nulo, não produzindo qualquer efeito jurídico, ante a exigência constitucional do concurso público.
- (C) ante a adoção dos princípios da primazia da realidade e protetor no Direito do Trabalho, a relação jurídica é válida para todos os efeitos legais.
- (D) o contrato é válido, porque a existência de irregularidade administrativa não vicia o contrato de trabalho celebrado entre agentes capazes.

**69.** De acordo com a CLT e a doutrina trabalhista, considera-se empregado:

- (A) todo sujeito de direito que presta serviços de natureza contínua ou não, ao contratante, com ou sem pessoalidade, mediante salário e com subordinação jurídica.
- (B) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador individual ou coletivo, com subordinação jurídica e mediante remuneração.
- (C) toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) toda pessoa natural que presta serviços de natureza eventual ou não a empregador, sob subordinação econômica e mediante remuneração.

**70.** Sobre a proteção do salário, assinale o item **INCORRETO**.

- (A) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei, de convenção coletiva, de contrato individual ou coletivo.
- (B) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que essa possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo na conduta do empregado.
- (C) A retenção dolosa do salário configura crime.
- (D) É vedado ao empregador limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.